



VOLUME - V.3

NÚMERO - N.1

DEZ. - 2025

ISSN: 2966-1439

P.25-46

## **“VÊ SE ISSO SÃO HORAS”: ANALOGIZAÇÃO E O SURGIMENTO DE UMA NOVA CONSTRUÇÃO IDIOMÁTICA COM VÊ/VEJA SE S NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**“VÊ SE ISSO SÃO HORAS”: ANALOGIZATION AND THE EMERGENCE OF A NEW IDIOMATIC CONSTRUCTION WITH VÊ/VEJA SE S IN BRAZILIAN PORTUGUESE**

Dennis de Oliveira Alves<sup>1</sup>

Diogo Oliveira Ramires Pinheiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca investigar uma construção idiomática com VÊ/VEJA SE S (como em “Vê se domingo é dia de trabalhar” e “Veja se isso é hora de acordar”) no português brasileiro. O estudo se insere no escopo teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) e adota o modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013). Metodologicamente, o trabalho recorre a uma análise tanto quantitativa quanto qualitativo-interpretativa de dados extraídos do Corpus do Português. Os dados revelam que a construção em análise, aqui denominada Construção de Discordância, é especializada em expressar a rejeição ou negação de uma crença atribuída a um Sujeito de Consciência (SdC). Tal construção parece emergir no século XX por meio do processo cognitivo de analogização, sendo modelada a partir de uma construção idiomática já existente – a chamada Construção de Cobrança –, cuja função é expressar uma avaliação negativa sobre um comportamento potencial do interlocutor. Apesar das semelhanças formais com essa construção anterior, o novo padrão apresenta diferenças significativas tanto no polo formal quanto no polo funcional. Com esta análise, o artigo busca contribuir para o entendimento da formação e do funcionamento de construções idiomáticas no português brasileiro, bem como para o aprimoramento teórico do modelo construcionista de mudança linguística. Os resultados sugerem que a analogização pode atuar como mecanismo fundamental na criação de novos nós construcionais.

**Palavras-chave:** Construções idiomáticas. Analogização. Mudança linguística.

**ABSTRACT:** This article aims to investigate an idiomatic construction involving the sequence VÊ/VEJA SE S (as in “Vê se domingo é dia de trabalhar” and “Veja se isso é hora de acordar”) in Brazilian Portuguese. The study is grounded in the theoretical framework

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. dennisalves@letras.ufrj.br.

<sup>2</sup> Doutor em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. diogopinheiro@letras.ufrj.br.

of Usage-Based Construction Grammar (UBCG) and adopts the constructionist model of language change proposed by Traugott and Trousdale (2013). Methodologically, the research relies on both quantitative and qualitative-interpretative analyses of data extracted from the Corpus do Português. The data show that the construction under investigation, here referred to as the Disagreement Construction, is specialized in expressing the speaker's rejection or denial of a belief attributed to a Subject of Consciousness (SdC). This construction appears to have emerged in the 20th century through the cognitive process of analogization, modeled after a preexisting idiomatic construction— the Reproach Construction —, which conveys a negative evaluation of a potential behavior attributed to the interlocutor. Through this analysis, the article contributes to the understanding of idiomatic constructions in Brazilian Portuguese and to the theoretical development of the constructionist approach to language change. The findings suggest that analogization functions as a key mechanism in the creation of new form-meaning pairings.

**Keywords:** Idiomatic constructions. Analogization. Language change.

## INTRODUÇÃO

O português brasileiro (PB) conta com padrões linguísticos idiomáticos que manifestam a sequência superficial VÊ/VEJA SE S (formas verbais “vê” ou “veja” seguidas do item “se” e de uma sentença). Esses padrões são facilmente ilustrados por exemplos como (1) e (2), abaixo:

- (1) a. Vê se me liga.  
b. Veja se não se atrasa.

- (2) a. Vê se domingo é dia de trabalhar.  
b. Veja se isso é hora de acordar.

Para atestar que estes são, de fato, usos semanticamente idiomáticos, vale contrastá-los com usos que, embora superficialmente semelhantes, apresentam interpretação perfeitamente composicional. Vejamos:

- (3) a. Vê se a janela está aberta.  
b. Veja se está chovendo.

Como se observa, as sentenças em (3) são semanticamente regulares: marcadas pela forma verbal no imperativo, indicam comandos para que o interlocutor avalie

visualmente (significado compatível com a semântica do verbo “ver”) se o estado de coisas denotado pela sentença completiva se verifica (isto é, se é verdadeiro, no momento da enunciação, que “a janela está aberta” e que “está chovendo”).

Em (1) e (2), diferentemente, esse tipo de interpretação não se sustenta, já que o significado associado a esses usos, qualquer que seja, claramente não pode ser obtido composicionalmente, por meio da soma do valor semântico dos seus elementos componentes. Em termos mais concretos, parece evidente que estes usos não expressam comandos para que o interlocutor inspecione visualmente “se me liga” e “se não se atrasa”, no caso de (1), ou “se domingo é dia de trabalhar” e “se isso é hora de acordar”, no caso de (2).

Em (1), a sentença “a.” pode ser usada por um falante que, conhecendo os hábitos do seu interlocutor, prevê que este se esqueceria de telefonar – e então recorre a esse enunciado para tentar induzi-lo a lembrar. De modo semelhante, a sentença “b.” pode ser usada por um falante que antecipa o fato de que seu interlocutor se atrasaria para um compromisso – e, portanto, recorre ao enunciado na tentativa de impedir ou, ao menos, diminuir as chances de que isso aconteça.

Já no caso de (2), as sentenças não se caracterizam como instruções e não precisam, necessariamente, ser dirigidas à pessoa cuja crença se reprova. Em termos concretos, João pode enunciar uma sentença como “a.” para Maria como um comentário crítico em relação à crença (atribuída a ela ou a uma 3ª pessoa) de que domingo é um dia aceitável para se trabalhar. Semelhantemente, poderia enunciar algo como “b.” como um comentário crítico em relação à crença (mais uma vez, atribuída a ela ou a uma 3ª pessoa) de que acordar em determinado horário (por exemplo, ao meio-dia) seria razoável.

Apesar dessa análise preliminar, o exato significado/função associado a esse padrão, bem como o conjunto de propriedades formais que o caracteriza, está longe de ser autoevidente. Talvez ainda mais intrigante seja o problema da origem histórica dessas construções. Afinal, não é óbvio como um verbo que denota uma experiência sensorial (“ver”), ao se combinar com um complementizador dubitativo (“se”) e uma sentença, teria vindo, historicamente, a expressar um significado tão distante daquele que é possível obter pela soma das suas partes componentes, como em (3).

A esse respeito, Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) propõem que o surgimento da sequência VÊ/VEJA SE S com significado idiomático de cobrança, como

ocorre nas sentenças em (1), teria se dado via mecanismo de neoanálise de construtos de uma construção de imperativo com complemento oracional. Os autores não contemplam, no entanto, a investigação do sentido idiomático expresso nas sentenças em (2). Nesse sentido, o presente artigo se presta a este papel. Pautamo-nos no modelo teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) – a variante funcional-cognitiva da Gramática de Construções (GC) – e adotamos o modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013). À luz desse arcabouço teórico, tomaremos aqui exemplos como (1) e (2) como instâncias de *construções gramaticais*<sup>3</sup> distintas.

Dando prosseguimento ao trabalho desenvolvido por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023), buscaremos responder à seguinte pergunta de pesquisa: quando e como a segunda construção idiomática com VÊ/VEJA SE S, ilustrada pelas sentenças em (2), teria surgido no português brasileiro?

A fim de responder a essa pergunta, recorreremos, do ponto de vista metodológico, a uma análise de dados reais produzidos entre os séculos XIII e XXI e extraídos do *Corpus do Português*<sup>4</sup>. Embora os dados tenham sido submetidos a análises quantitativas simples, o estudo se valeu, principalmente, de uma análise qualitativo-interpretativa detalhada de todos os dados obtidos por meio do *corpus*, a fim de que se pudesse chegar a uma compreensão dos processos de mudança envolvidos na trajetória diacrônica da construção em foco.

O presente artigo está organizado como segue. Na seção 1, dedicada aos pressupostos teóricos, apresentamos os princípios básicos da GC e, mais especificamente, da GCBU. Além disso, apresentamos o modelo construcionista adotado para o tratamento da mudança linguística e traçamos um breve resumo da proposta de Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) para o surgimento da primeira construção idiomática com VÊ/VEJA SE S no PB. Na seção 2, explicitamos as etapas e opções metodológicas adotadas para a investigação da construção em pauta. Na sequência, apresentamos, na seção 3, uma análise dos dados levantados, buscando explicar o surgimento da segunda construção na

---

<sup>3</sup> O conceito de “construção gramatical” será esclarecido na seção 2 (“Pressupostos Teóricos”), quando apresentaremos as premissas básicas da GC e da GCBU.

<sup>4</sup> O *corpus* pode ser acessado em <https://www.corpusdoportugues.org>. Mais detalhes sobre sua composição podem ser vistos na seção 3 (“Metodologia”).

língua. Finalmente, na seção 4, destacamos os principais resultados deste estudo e as contribuições teórico-descritivas que buscamos oferecer.

## **1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Nesta seção, trataremos da Gramática de Construções (GC) e, mais especificamente, da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU), quadro teórico que norteia esta pesquisa. Serão apresentados aqui tanto os princípios básicos do modelo (seção 1.1) quanto a proposta de Traugott e Trousdale (2013) para a aplicação da abordagem construcionista ao fenômeno da mudança linguística (seção 1.2). Por fim, na seção 1.3, retomamos brevemente a proposta de Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) sobre o surgimento da primeira construção idiomática com VÊ/VEJA SE S, de modo a contextualizar o desenvolvimento da nova construção aqui investigada.

### **1.1 Gramática de Construções e Gramática de Construções baseada no uso: princípios básicos**

A GC é um modelo de representação do conhecimento linguístico surgido na década de 1980 a partir do trabalho de autores como Charles Fillmore, George Lakoff e Paul Kay (Fillmore, 1985; Lakoff, 1987; Fillmore; Kay; O'Connor, 1988). Devido a sua popularização e crescimento nas décadas seguintes, ela se segmentou em diversas variantes, dentre elas a GCBU, sua vertente funcional-cognitiva.

Apesar de haver muitos modelos filiados à GC, todos eles compartilham alguns princípios fundamentais, os quais passamos a descrever. O primeiro deles é o de que as construções gramaticais, definidas como pareamentos convencionais de informações de forma (propriedades fonológicas, morfossintáticas e prosódicas) e de significado (aspectos semânticos, pragmáticos, discursivos e funcionais), podem descrever o conhecimento linguístico do falante em sua totalidade. Desse modo, a gramática do falante passa a ser entendida como um inventário de construções gramaticais, e não mais como um sistema de regras derivacionais, como assumia a tradição gerativa.

Fica evidente, dada essa definição, que as entidades gramaticais que se qualificam como signos saussurianos (Saussure, 1916) – isto é, palavras e morfemas – também se qualificam como construções gramaticais. A título de exemplificação, podemos imaginar

que um signo como “mesa” é uma construção. Assim, em um de seus polos, encontramos informações formais – neste caso, a sequência fonológica /'meʒɐ/ – e, no outro, informações semânticas – neste caso, o conceito mental de mesa.<sup>5</sup> De igual modo, o signo “des-” – um prefixo verbal – também se caracteriza como uma construção, uma vez que carrega informações que dizem respeito à sua forma (neste caso, a sequência fonológica /deS/ e a informação de que ele deve se anexar a uma base verbal) e a seu significado (como sentido prototípico, o de ação reversa).

Neste ponto, porém, acrescentamos uma diferença importante entre a noção de construção gramatical e o conceito saussuriano de signo linguístico: a construção, diferentemente do signo, não precisa, necessariamente, corresponder a sequências plenamente especificadas do ponto de vista fonológico. Isso significa que a noção de construção gramatical abarca ainda unidades linguísticas como estruturas sintáticas inteiramente abstratas (por exemplo, SUJ V OD OI, como em *Lavínia deu um presente para a mãe.*), estruturas sintáticas semipreenchidas (por exemplo, QUE MANÉ X, como em *Que mané acordar cedo!*) e contornos prosódicos específicos (por exemplo, a entonação ascendente).

Nesse sentido, sob a perspectiva da GC, assume-se que o léxico e a sintaxe não devem ser entendidos como módulos rigorosamente separados; em vez disso, devem ser tratados como as extremidades de um *continuum* de construções, que comporta desde elementos inteiramente concretos até padrões com elevado grau de abstração.

Um segundo princípio comum às diferentes vertentes da GC diz respeito à organização dessas construções. Construcionistas apontam que o conhecimento linguístico se estrutura como uma grande rede de construções gramaticais interconectadas, correntemente referida como *constructicon* (da soma de *lexicon* com *construction*, ou seja, um léxico de construções). E, mais especificamente, todas as variantes da GC concordam que as construções gramaticais se organizam em termos de relações taxonômicas, o que implica a existência de construções mais gerais/abstratas e de outras mais específicas/concretas.

---

<sup>5</sup> Dada a dificuldade de caracterizar esse conceito com precisão, vamos, para fins desta exposição, assumir que o nosso conceito mental de mesa corresponda à seguinte definição encontrada no dicionário Michaelis (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mesa>): *Móvel formado por uma superfície horizontal e um ou mais pés que o sustentam, e que é usado para fazer refeições, escrever, jogar, executar ou preparar um grande número de trabalhos mecânicos e artísticos.*

Assim, é possível assumir, a título de exemplificação, que um falante do português brasileiro dispõe, em seu inventário construcional, tanto de construções concretas, como *falar bonito, sonhar alto e andar rápido*, quanto de construções mais abstratas, como VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Podemos afirmar que a relação entre as três primeiras e esta última é de natureza taxonômica, justamente porque as construções mais concretas, específicas, são subtipos da construção mais abstrata, geral.

Em síntese, a GC concebe a totalidade do conhecimento linguístico do falante como um inventário de construções gramaticais (o *constructicon*), as quais são interconectadas por meio de, pelo menos, relações taxonômicas. É necessário acrescentar, no entanto, que a GCBU, vertente da GC a qual se filia a presente pesquisa, distingue-se das variantes formalistas do modelo por pelo menos dois princípios adicionais.

O primeiro deles, legado da tradição funcionalista norte-americana, diz respeito à premissa de que a experiência linguística do falante – ou seja, o uso – afeta continuamente o conhecimento linguístico subjacente. Por um lado, essa premissa se opõe à perspectiva inatista da Linguística Gerativa, segundo a qual o indivíduo já nasce com uma capacidade biológica para adquirir e usar uma língua. Sob a concepção da GCBU, a totalidade do conhecimento linguístico do falante é construída a partir do *input* (ainda que com o auxílio de habilidades cognitivas inatas associadas à cognição geral, isto é, à cognição não-linguística). Por outro lado, além de contrariar a ideia de que existiria um “período crítico” para a aquisição de linguagem, a premissa implica a possibilidade de representações redundantes na rede construcional, uma proposta que opõe a GCBU às vertentes formalistas da GC. Assim, sob essa perspectiva, sequências inteiramente previsíveis podem vir a ser representadas como construções independentes na rede construcional do falante, desde que sejam suficientemente frequentes.

Assim, retomando um exemplo anterior, seria possível supor, de acordo com este princípio, que as sequências “falar bonito”, “sonhar alto” e “andar rápido” fossem representadas de forma independente na rede construcional do falante, embora sejam totalmente previsíveis dada a construção mais abstrata VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Para que isso ocorresse, bastaria que o falante fosse exposto a essas sequências repetidamente. Em outras palavras, seria necessário que elas tivessem alta frequência de ocorrência. É por isso que se afirma que a GCBU assume a possibilidade de redundância

representacional – porque ela admite a possibilidade de o falante armazenar mais do que é, de fato, necessário.

O segundo princípio específico da GCBU, este fortemente associado à tradição da Linguística Cognitiva, corresponde à ideia de que processos cognitivos gerais – e não especificamente linguísticos – devem ser evocados para explicar fenômenos linguísticos e, inclusive, a estrutura gramatical. Assim, mecanismos psicológicos como a analogia, o *chunking*, a indução e a categorização são fundamentais, sob a ótica da GCBU, para explicar a estrutura da rede construcional armazenada na mente do falante.

Resumidamente, a proposta da GCBU é a de que o conhecimento linguístico pode ser descrito como um inventário de construções interconectadas continuamente afetado pela experiência do falante e construído graças a processos cognitivos gerais. Como consequência, o modelo admite a representação redundante de informações em diferentes níveis. Na próxima seção, discutiremos como a GCBU dá conta do fenômeno da mudança linguística.

## 1.2 Mudança Linguística em GCBU

Segundo o modelo de base construcionalista desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013), a mudança linguística é um processo que pode atingir a rede construcional de duas formas: alterando componentes de uma construção já existente ou criando novos pareamentos de forma e significado – isto é, novas construções. A esses tipos de mudança, os autores se referem, respectivamente, como *mudança construcional* e *construcionalização*.

Na mudança construcional, apenas uma dimensão interna da construção – ou o polo da forma, ou o polo do significado – é afetada. Nesse caso, não há a criação de uma nova construção. Entretanto, por meio de uma sequência de mudanças graduais, esse tipo de mudança pode conduzir à construcionalização, em que há o surgimento de uma nova construção na rede. Os autores, portanto, ao mesmo tempo em que definem a construcionalização como a criação de um novo pareamento de forma-significado, apontam uma interrelação entre este processo de mudança e a mudança construcional, de maneira tal que a construcionalização tende a ser tanto precedida quanto sucedida por mudanças construcionais, como a expansão da pragmática, a semanticização da

pragmática, a incompatibilidade entre forma e significado e pequenas mudanças distribucionais, no caso da pré-construcionalização, e a expansão das colocações ou expansão de classe hospedeira (*host-class expansion*, nos termos de Himmelman (2004)) e a redução morfológica ou fonológica, no caso da pós-construcionalização.

Ainda no que diz respeito à mudança linguística, Traugott e Trousdale (2013) apontam que a construcionalização pode ocorrer por meio de dois mecanismos cognitivos: a *neoanálise* e a *analogização*. Fundamentalmente, a neoanálise consiste em uma interpretação de uma forma já existente com uma nova função e/ou, inversamente, de uma função já existente com uma nova forma. Para os autores, essa nova interpretação é frequentemente motivada por um contexto ambíguo, ou “contexto crítico” (Diewald, 2006), no qual ambas as interpretações são licenciadas. A analogização, por sua vez, é um mecanismo cognitivo que produz, por analogia a um padrão já existente, alinhamentos de forma e sentido que não existiam antes.

Em sua análise da construção UM MONTE DE SN, Fumaux (2018) aponta que um amontoado ou um empilhamento de certos objetos (como em *um monte de cobre*) é experienciado pelo falante por meio de uma metáfora (devido à orientação vertical e à formação natural características de um monte), o que parece caracterizar um contexto crítico frutífero para a inferência de quantidade (*grande quantidade de cobre* ou *muito cobre*). Segundo a autora, a inferência quantitativa provocou uma mudança construcional no sentido da construção original. Com o tempo, a sequência “um monte de” passou a ser entendida como um *chunk* com função de quantificar o SN, assumindo na construção um significado semelhante ao de “muito”. Assim, o núcleo da construção passou a ser o SN quantificado pelo *chunk* “um monte de”. É essa reinterpretação tanto do sentido quanto da forma de uma dada sequência que Traugott e Trousdale (2013) entendem como neoanálise.

Vale comentar que os padrões recém-surgidos na língua podem, ainda, se tornar mais produtivos e levar a novas construcionalizações por meio da analogização, que, como dissemos, consiste na criação de um novo padrão linguístico (dito de outra forma, um novo pareamento forma-significado) por analogia a um padrão já existente. Martins Dall’Orto e Cunha Lacerda (2019) ilustram o papel da analogização na mudança linguística a partir de construções avaliativas {[X] + [adj/adv/subs/verb]}<sup>int/foc</sup> com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” (como em *super gostar, mega brilhoso, hiper bem*, etc).

Segundo as autoras, o falante cria um link de associação metafórica entre “super”, prefixo latino que indica posição vertical superior, e “muito”, advérbio de intensidade, e, objetivando ser cada vez mais expressivo em suas interações comunicativas, tende a recorrer a novas formas que possam preencher, assim como “super”, o *slot* X – caso das formas “mega”, “hiper” e “ultra”. Assim, por analogia a “super”, as formas “mega”, “hiper” e “ultra” também são metaforizadas, no eixo paradigmático, como advérbios de intensidade.

Em resumo, são esses dois mecanismos – neoanálise e analogização – que, segundo a proposta de Traugott e Trousdale (2013), podem propiciar novas construcionalizações na língua. Veremos como eles se aplicam à trajetória diacrônica das construções idiomáticas com VÊ/VEJA SE S.

### **1.3 Neoanálise e o surgimento da primeira construção idiomática com VÊ/VEJA SE S**

Como vimos nas seções anteriores, a Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) oferece um modelo de representação do conhecimento linguístico centrado em pareamentos convencionais de forma e significado, e o modelo de mudança construcional proposto por Traugott e Trousdale (2013) descreve os processos cognitivos que levam à emergência de novas construções. Com base nesse referencial, o presente trabalho se insere em uma linha de continuidade com a proposta desenvolvida por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023), que analisam o surgimento da primeira construção idiomática com a sequência VÊ/VEJA SE S no português brasileiro.

A seguir, retomamos de forma sintética os principais pontos dessa proposta anterior, com o objetivo de estabelecer o pano de fundo a partir do qual a nova construção, foco desta pesquisa, será investigada. Essa retomada não apenas esclarece o funcionamento da construção preexistente, mas também prepara o terreno para a análise do processo de analogização responsável pelo surgimento da nova construção idiomática.

No que diz respeito à construção com o sentido idiomático atestado nas sentenças em (1), rotulada por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) como Construção de Cobrança, argumenta-se que seu surgimento teria se dado no século XIX a partir de construtos de uma construção composicional de imperativo com o verbo VER e

complemento oracional, como em (3). Para isso, os autores diferenciam as leituras composicional e idiomática associadas à sequência superficial VÊ/VEJA SE S a partir de usos ambíguos dessa sequência – isto é, usos que admitem, potencialmente, as duas interpretações. Vejamos:

(3) O patrão ontem chamou-me em particular, e disse-me com os olhos cheios de água:

(4)

— Alfredo, estou com medo de perder minha filha mais querida! O médico declarou já que ela só o que tem é muita debilidade e melancolia, mas que pode vir a ser, de um momento para outro, atacada do peito. Ora, eu bem sei que a Eugeniazinha está desgostosa com a ausência do Gabriel.. Tu me falaste várias vezes nesse rapaz e sempre lhe encareceste as qualidades.. Pois então vai por aí; indaga a respeito dele, e *vê se trazes alguma boa notícia para minha filha.* (*Corpus do Português, séc. XIX, grifo dos autores*).

De acordo com os autores, no dado em (4), é possível atribuir à sequência sublinhada não só uma interpretação composicional, segundo a qual o enunciado consiste em um pedido para que o empregado veja (verifique, confira) se pode trazer alguma notícia boa para a filha do patrão, como também uma interpretação idiomática, segundo a qual o falante dirige uma cobrança ao empregado, exigindo que este lhe traga uma boa notícia. Os autores ilustram a diferença entre essas duas interpretações a partir das seguintes paráfrases: “Verifique se você é capaz de trazer alguma boa notícia”, para a interpretação composicional, e “Cumpra seu papel de trazer alguma boa notícia”, para a interpretação idiomática.

Sob essa perspectiva, apontam que a leitura composicional da sequência VÊ/VEJA SE S se configura como um comando para que o interlocutor *verifique sua capacidade de realizar determinada ação*, ao passo que a leitura idiomática se configura como um comando para que o interlocutor *realize determinada ação*. A diferença, embora sutil, é importante, pois implica que, na interpretação composicional, o ato de fala diretivo se associa à primeira forma verbal (trata-se de um comando para que se *veja* – ou se *verifique*, se *avalie* – alguma coisa), ao passo que, na leitura idiomática, o ato de fala diretivo se associa à forma verbal da sequência que se segue ao “vê/veja se” (por exemplo, em (4), trata-se de um comando não para que se veja – verifique, avalie – alguma coisa, mas para que se *traga* alguma coisa).

Nesse sentido, Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) argumentam que a passagem de um significado para outro envolve, fundamentalmente, duas mudanças: (i) o ato diretivo deixa de consistir em um pedido de *verificação de uma capacidade* e passa a consistir num pedido de *realização de uma ação* e (ii) o que era um ato diretivo simples é reinterpretado como uma cobrança. Segundo os autores, essa nova interpretação teria sido favorecida em situações em que havia algum tipo de incumbência pré-estabelecida entre os interlocutores (como em (4), que retrata um diálogo entre um patrão e seu empregado).

De acordo com essa proposta, essa neoanálise afeta, naturalmente, a sequência VÊ/VEJA SE. Formalmente, ela deixa de ser vista como um verbo seguido por um complementizador e passa a ser interpretada como uma única unidade estrutural (isto é, um *chunk*, aqui representado pela presença de colchetes: [VÊ/VEJA SE]). Semanticamente, ela deixa de ser interpretada como uma sequência que designa uma instrução para que se avalie a validade de uma proposição e passa a ser interpretada como uma instrução para que ele realize a ação expressa pelo predicador da sentença que se segue.

Simultaneamente, a sequência S, originalmente analisada como objeto direto do verbo da oração matriz, e, portanto, como uma sentença que designava o objeto do ato de verificação, passa a ser interpretada como uma sentença que designa a própria ação a ser executada. Isto é, se o enunciado como um todo segue realizando um ato diretivo, agora é o predicador que originalmente pertencia à oração encaixada que designa a ação a ser executada pelo interlocutor (e não mais o verbo "ver").

Em resumo, a proposta dos autores é a seguinte: quando proferida em contextos apropriados (especificamente, contextos nos quais, pragmaticamente, a relação entre os interlocutores está baseada na existência de obrigações pré-estabelecidas do ouvinte para com o falante), instâncias de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional dão margem a um processo de neoanálise, por meio do qual emerge uma nova construção gramatical com a função de realizar um ato diretivo de instrução para realização de uma ação – de maneira tal que aquilo que era uma inferência propiciada por certos usos da construção-fonte se torna semanticizado como o próprio valor semântico convencionalmente associado à construção nova.

É a partir da consolidação dessa primeira construção idiomática, e de seu valor avaliativo específico, que se abre espaço para a emergência de uma nova construção, cujo desenvolvimento será examinado na seção 3.

## 2 METODOLOGIA

Nesta seção, detalhamos a metodologia adotada para alcançar os objetivos estabelecidos. Como apontado na introdução, propomo-nos a responder quando e como a segunda construção idiomática com VÊ/VEJA SE S surgiu no português brasileiro. Para isso, nosso método de investigação consiste em análise de *corpus*.

Os dados usados nesta pesquisa foram extraídos do *Corpus do Português*, criado pelo professor Mark Davies, da Universidade Brigham Young (BYU, na sigla em inglês). O *corpus* faz parte da coleção *Corpora da BYU* e contém uma base de dados de 45 milhões de palavras distribuídas por quase 57 mil textos em português dos séculos XIII ao XX (*corpus* histórico<sup>6</sup>), à qual recentemente foram feitas, mês a mês, adições que totalizam 1,4 bilhão de palavras de jornais e revistas *on-line* de 2012 até 2019 (*corpus NOW*<sup>7</sup>).

No que diz respeito à origem geográfica dos textos, entre os séculos XIII e XV, o *corpus* só inclui, obviamente, textos provenientes de Portugal. Entre os séculos XVI e XIX, o *corpus* passa a contar também com textos oriundos do Brasil, mas ainda sem preocupação com qualquer equilíbrio quantitativo entre as duas procedências. Já no século XX, o *corpus* é composto por textos de Portugal e do Brasil de forma quantitativamente equilibrada, com 10.506.703 palavras de textos portugueses e 10.271.022 palavras de textos brasileiros. Finalmente, no que diz respeito ao século XXI, embora o *corpus* conte com a adição de textos de mais dois países (Angola e Moçambique), não há informações acerca da distribuição desse material pelo critério de origem geográfica. Sendo assim, não é possível saber se, neste século, os dados de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique se encontram em equilíbrio quantitativo no *corpus*.

No tocante ao gênero dos textos que constituem o *corpus* histórico, não há uma categorização dos materiais que compõem as amostras dos 7 primeiros séculos (XIII a XIX). Quanto ao século XX, o *corpus* agrupa os textos em 4 categorias: ficção, notícias,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now>.

acadêmicos e orais. Os quase 21 milhões de palavras desse século estão divididos da seguinte forma: aproximadamente 6 milhões de palavras de textos de ficção, 6 milhões de palavras de jornais e revistas, 6 milhões de palavras de textos acadêmicos e 2 milhões de palavras de textos orais. Já o *corpus NOW (News On Web)*, que compreende os dados do século XXI, é composto exclusivamente por textos de jornais e revistas *on-line*.

Para a coleta dos dados, foram utilizados os comandos “vê se” e “veja se”, posteriormente acrescidos de asteriscos para contemplar a possibilidade de elementos intervenientes entre o verbo e o item “se” (“vê \* se” e “veja \* se” para 1 elemento interveniente, “vê \* \* se” e “veja \* \* se” para 2 elementos, e assim sucessivamente, até 5 elementos). Considerar essa possibilidade foi relevante para o nosso trabalho para contemplar a possibilidade de os dois primeiros elementos da construção em pauta (“vê/veja” e “se”) não aparecerem obrigatoriamente juntos. Além disso, a teoria adotada prevê que a repetição de sequências gera a formação de *chunks*, o que tende a limitar (embora não necessariamente proibir) a presença de itens de natureza variável entre os elementos gramaticais fixos. Desse modo, pareceu relevante avaliar também se houve diferença ao longo do tempo em relação ao licenciamento de elementos intervenientes. Assim, ao total, foram feitas 12 buscas em cada interface do *corpus* (histórico e *NOW*), sendo 6 para instâncias com “vê” e 6 para instâncias com “veja”.

Na etapa de organização dos dados, o material coletado passou por uma primeira análise qualitativo-interpretativa. Nessa análise, separamos, para cada século, os usos idiomáticos (que são o foco deste estudo) dos não idiomáticos, e verificamos, ainda, a possibilidade de existência de dados em que ambas as interpretações (idiomática e não idiomática) fossem admissíveis. Nesse momento, então, os dados foram agrupados em três categorias: idiomáticos, composicionais ou ambíguos.

Em seguida, os dados correspondentes a usos idiomáticos foram classificados em função do parâmetro século. Vale observar que, devido à disparidade do número de palavras por século no *corpus* investigado, foi preciso ajustar o total de ocorrências das construções por milhão de palavras, a fim de possibilitar uma análise mais precisa.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Quanto a isso, reconhecemos que, uma vez que estamos investigando estruturas complexas, o controle do tamanho da amostra poderia ser feito por número de orações, e não por número de palavras. No entanto, foi preciso contar com o que o banco de dados nos viabilizava. Em se tratando de um *corpus* com dimensões desconhecidas como o *Corpus* do Português, que não disponibiliza abertamente os textos compilados e em que o tamanho da amostra e das seções é dado em número de palavras, contar o número de orações não seria tecnicamente possível. Sendo assim, nosso esforço caminhou na direção de fazer o melhor trabalho

Concluída a etapa de classificação e posterior quantificação dos dados, passamos à etapa mais importante deste trabalho: a análise qualitativo-interpretativa detalhada de cada dado com o objetivo de reconstruir a trajetória diacrônica da construção idiomática com VÊ/VEJA SE S. Nesse momento, buscamos – à luz da GCBU e, mais especificamente, do modelo teórico de mudança adotado – responder se o surgimento da construção em pauta pode ser explicado por meio de processos cognitivos referidos por Traugott e Trousdale (2013) como neoanálise e analogização. Essa pergunta será contemplada na próxima seção.

### 3 Resultados

Partindo da proposta de Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023), seguimos nossa análise buscando investigar os usos da sequência VÊ/VEJA SE S que apresentassem o sentido idiomático como aquele verificado nas sentenças em (2). Primeiramente, nossa análise caminhou no sentido de identificar em que momento histórico tal sentido passa a ser associado à sequência formal VÊ/VEJA SE S. Pudemos atestar, no século XX, dados como (5) e (6), abaixo:

(5) — E os homens? — lembrou tia Constança, até então calada. — Será que os rapazes comentam a noite de seu casamento com os amigos?  
Vovó achou graça da ingenuidade da filha:  
— Ora, menina! Até parece que você nasceu ontem... *Veja se um homem vai falar aos amigos de sua intimidade com a própria esposa!*  
— Respeitam a mulher... – concluiu tia Constança.  
(*Corpus do Português, séc. XX, grifo nosso*)

(6) Elisa e Felicidade se estranharam em bobagens, apenas a hora certa de atender às visitas, servir o cafezinho, oferecer os biscoitos, fazer circular refrescos, delicadezas de enterro.  
— Sofia não se apertara nem na dor de Marta Bento. *Vê se precisava agora, na tristeza do velório, brigar por futilidades.*  
(*Corpus do Português, séc. XX, grifo nosso*)

Como se percebe, nesses casos, a sequência VÊ/VEJA SE S, tal como ocorre em (2), parece ser usada para expressar discordância em relação a uma determinada posição. Ademais, quanto à forma, nota-se, no mínimo, que não há a obrigatoriedade de que o

---

possível com o que tínhamos à disposição. De todo modo, acreditamos que o ajuste por número de palavras contribui, em alguma medida, para ao menos minimizar as disparidades inerentes à composição do *corpus*.

verbo da sentença S esteja flexionado no presente do indicativo, como acontece na Construção de Cobrança (Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira, 2023). Como se trata de uma inovação que envolve paralelamente forma e significado, tudo indica que, neste caso, estamos diante de um processo de *construcionalização*.

Partindo dessa observação, foi possível identificar, em nossa análise, que a nova construção admite elementos intervenientes no *chunk* [VÊ/VEJA SE], diferentemente do que ocorre com a Construção de Cobrança. Especificamente, em 4 de 10 (40%) ocorrências da construção no século XX, há a presença do item “lá” entre o VÊ/VEJA e o SE, como no dado a seguir:

(7) Coitado do Imperador, cambaleava das pernas depois de soltar escravos. Sofia o lamentou:

— *Vê lá se eu me passava de perder os privilégios por causa de uma negrada. Quem defende essa gentalha não a conhece direito.*

(*Corpus do Português, séc. XX, grifo nosso*)

Vale apontar, quanto a isso, que Bybee (2010) afirma que o fato de uma sequência ser armazenada e processada como um *chunk* não implica que ela não tenha estrutura interna nem que ela precise ser contínua (ou seja, o *chunk* pode ser interrompido por classes abertas de itens). Seguindo essa proposta, argumentamos que, embora a ocorrência de “vê se” e “veja se” seja relativamente fixa, nesta construção, suas partes internas parecem ser (mais) identificáveis (do que na Construção de Cobrança), o que se evidencia pela possibilidade de inserção de elementos em posição interveniente (no mínimo, o item “lá”). Em outras palavras, a nova construção se mostra mais analisável do que a primeira. Essa possibilidade de interveniência no *chunk* será representada formalmente como (X): VÊ/VEJA (X) SE S.

Ainda no nível da forma, diferentemente do que ocorre com a Construção de Cobrança, os sujeitos das sentenças que ocupam a posição S não fazem referência obrigatoriamente à 2ª pessoa do singular, como mostra o dado em (7), com referência à 1ª pessoa. Além disso, os predicadores não são necessariamente flexionados no presente do indicativo, mas podem também aparecer no futuro ou no pretérito imperfeito, como

revelam os dados em (5) e (6). Isso sugere que parece ter havido uma perda de restrições formais em relação à construção anterior.

Ainda no que diz respeito à construção que parece ter surgido no século XX, vale acrescentar que, diferentemente do que ocorre na construção investigada por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023), ela não realiza um ato diretivo, e sim um ato representativo. Dito de outra maneira, usos como “Veja se um homem vai falar aos amigos de sua intimidade com a própria esposa!” e “Vê se precisava agora, na tristeza do velório, brigar por futilidades” (presentes, respectivamente, em (5) e (6)) não se caracterizam como um comando para que alguém realize uma ação, mas como enunciados por meio dos quais o falante se compromete com a validade de uma proposição. Essa mudança se apresenta como uma diferença pragmática importante em relação à primeira construção idiomática.

Mais interessantemente, a proposição com a qual o falante se compromete ao empregar a nova construção corresponde à *negação* do conteúdo explícito da sequência que se segue ao VÊ/VEJA SE. Dito de outro modo, o falante afirma a *falsidade* de uma crença X, sendo X a proposição evocada pela sentença S. Isto é, por meio de um uso como “Veja se um homem vai falar aos amigos de sua intimidade com a própria esposa!”, o falante se compromete com a validade da proposição *homens não falam aos amigos sobre sua intimidade com as próprias esposas* – ou, em outras palavras, afirma que a proposição *os homens falam aos amigos sobre sua intimidade com as próprias esposas* é falsa. Da mesma maneira, por meio de um uso como “Vê se precisava agora, na tristeza do velório, brigar por futilidades”, o falante sustenta a posição de que *não era preciso brigar por futilidades na tristeza do velório* – ou, em outras palavras, de que a proposição *é preciso brigar por futilidades na tristeza do velório* é falsa.

Neste trabalho, propomos captar a semântica dessa construção da seguinte maneira: a construção é utilizada para expressar a *discordância* do enunciador em relação a alguma crença atribuída por ele a um dado Sujeito de Consciência (SdC).<sup>9</sup> Como uma forma de capturar de modo conciso e relativamente transparente essa função semântico-

---

<sup>9</sup> O termo “Sujeito de Consciência” tem sido utilizado em alguns trabalhos baseados na Teoria dos Espaços Mentais (Maat; Sanders, 2001; Sanders; Sanders; Sweetser, 2009; 2012) e é aqui utilizado para designar qualquer indivíduo ou conjunto de indivíduos dotado(s) de estados mentais.

pragmática, referimo-nos a essa construção, simplesmente, como Construção de Discordância.

A título de exemplificação, tomemos o dado em (5). Aqui, podemos presumir que há uma discordância por parte do falante em relação à crença, atribuída a tia Constança, de que homens costumam conversar com os amigos sobre sua intimidade com a esposa. A construção é empregada, então, para marcar a rejeição da falante, a personagem Vovó, a essa ideia, que é tida como ingênua. Da mesma forma, em (6), o enunciador marca a discordância em relação a uma crença, atribuída a Elisa e Felicidade, de que a briga por futilidades durante o velório era necessária (obviamente, a atribuição dessa crença aos SdCs Elisa e Felicidade é uma decorrência do fato de o falante ter testemunhado a briga de ambas por “bobagens” no momento das “delicadezas do enterro”).

Neste ponto, cabe uma observação. Como os exemplos acima sugerem, a crença em relação à qual o falante expressa discordância não pertence, necessariamente, ao interlocutor. Em (5), Vovó expressa sua discordância em relação a uma crença atribuída à interlocutora – sua filha, tia Constança –, mas isso não é obrigatório. De fato, em (6), a crença de que uma briga por futilidades no momento do velório é desnecessária não é atribuída ao interlocutor, e sim a dois indivíduos – Elisa e Felicidade – que não estão presentes na situação comunicativa.

Vale acrescentar que, em casos como o de (6), nos quais a crença da qual se discorda não é atribuída ao próprio interlocutor, parece haver um efeito pragmático de convite para um alinhamento de posições. Assim, o falante não só afirma a falsidade da crença atribuída a um SdC, como também convida o interlocutor a concordar com sua posição. Nesse sentido, podemos dizer que, em (6), o enunciador não apenas expressa sua discordância em relação à crença de que uma briga por futilidades durante o velório era necessária, como também convida implicitamente seu interlocutor a se alinhar à sua posição de que, de fato, essa briga era desnecessária – o que significa que, nesses casos, a construção produz um efeito semelhante a marcadores discursivos do tipo “não é mesmo?”, que pressupõem a concordância do interlocutor.

Notemos que a expressão de uma *discordância* envolve, necessariamente, um tipo de *avaliação negativa*: se uma pessoa *discorda* de outra, então ela, necessariamente, avalia negativamente (isto é, como ruim, inadequada, etc.) a ideia dessa outra pessoa. Semelhantemente, Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) argumentam que a

Construção de Cobrança expressa uma avaliação negativa do comportamento potencial do interlocutor: se alguém diz “Vê se não se esquece de me ligar”, sugere acreditar que o interlocutor provavelmente se esquecerá de fazer o que lhe cabe – o que implica avaliar como inadequado um comportamento projetado desse interlocutor. Com essa observação, é possível começar a vislumbrar qual é a afinidade entre a nova construção e a Construção de Cobrança, já investigada pelos autores.

De um lado, a Construção de Cobrança expressa uma avaliação negativa do *comportamento potencial do interlocutor*. De outro, a Construção de Discordância expressa uma *avaliação negativa de uma crença atribuída a algum Sujeito de Consciência* (que pode ou não coincidir com o interlocutor). Em suma, portanto, é possível afirmar que as duas construções idiomáticas com VÊ/VEJA SE S consistem em recursos linguísticos que permitem ao falante expressar uma avaliação negativa em relação a um dado objeto de avaliação, ao mesmo tempo em que se distinguem quanto à natureza desse objeto.

De acordo com a proposta de Traugott e Trousdale (2013), como vimos anteriormente, um padrão construcionalizado pode se tornar mais produtivo e levar a novas construcionalizações por meio da analogização, mecanismo que produz, por analogia a um padrão já existente, alinhamentos de forma e função que não existiam antes. Aqui, proporemos que esse foi precisamente o mecanismo responsável pela emergência da Construção de Discordância.

Especificamente, argumentamos que o novo alinhamento de forma e função (neste caso, a sequência formal VÊ/VEJA (X) SE S, a pragmática de discordância e a semântica de avaliação negativa de crença atribuída a um dado SdC) é criado por analogia a um padrão já existente (a sequência VÊ/VEJA SE S – como vimos, com algumas restrições formais quanto ao tempo verbal do predicador da sentença –, a pragmática de cobrança e a semântica de avaliação negativa de um comportamento potencial).

Do ponto de vista funcional, vale observar que uma inferência presente na construção original (a saber, a ideia de avaliação negativa) é usada como base para a extensão analógica. Isto é, o surgimento da nova construção parece se basear em um raciocínio analógico que pode ser capturado informalmente nos seguintes termos: “se é possível usar uma determinada estrutura para expressar a avaliação negativa de um comportamento potencial, é possível usar uma estrutura semelhante para expressar a avaliação negativa de uma crença atribuída a algum SdC”.

Assumindo-se a ocorrência desse mecanismo analógico, é possível postular, ainda, o surgimento, neste momento, de um terceiro nó na rede construcional. Como observado na seção dedicado aos pressupostos teóricos, a GCBU recorre a processos cognitivos de domínio geral, ou seja, não exclusivos da linguagem, para explicar fenômenos linguísticos. Ao adotar esta perspectiva, podemos postular, por indução, o surgimento de um nível mais abstrato na rede construcional, tendo em vista as similaridades formais e funcionais que há entre as construções no nível mais concreto. Essa construção mais abstrata se relaciona com as demais via *link* taxonômico, na medida em que se configura como uma categoria da qual as construções mais específicas são membros.

Uma vez que se caracteriza como uma generalização baseada nas construções já existentes, a construção abstrata preserva o *chunk* [VÊ/VEJA SE] seguido de uma sentença e a semântica geral de avaliação negativa, não sendo especificada quanto a propriedades formais da sentença S, quanto ao tipo de ato de fala realizado ou quanto ao objeto da avaliação negativa. Essas especificações, naturalmente, se fazem presentes nas construções mais baixas: a Construção de Cobrança exibe uma série de restrições formais, realiza ato diretivo e expressa avaliação negativa do comportamento potencial do interlocutor; a Construção de Discordância não exibe as mesmas restrições formais, realiza ato representativo e expressa avaliação negativa de uma crença atribuída a algum SdC.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserindo-se no campo dos estudos construcionistas sobre idiomatismos sintáticos, este trabalho buscou responder quando e como o padrão a que nos referimos informalmente como Construção de Discordância surgiu no português brasileiro. Uma análise de dados coletados no *Corpus* do Português revelou que a construção idiomática surgiu na língua no século XX a partir de um mecanismo de analogização. Nesse processo, o novo padrão foi criado a partir de um padrão já existente – a saber, a Construção de Cobrança, investigada por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023). Com isso, buscou-se contribuir teoricamente tanto para o campo de estudos em idiomatismos sintáticos do PB sob perspectiva diacrônica quanto para o desenvolvimento do modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013).

Este estudo, porém, é apenas uma porta de entrada e deixa muitos caminhos a serem explorados. Um dos possíveis desdobramentos da pesquisa é a investigação do posterior desenvolvimento das construções atestadas por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) e no presente artigo. Além disso, dada a natureza inegavelmente intersubjetiva dessas construções, pode ser interessante analisá-las à luz do tema da (inter)subjetividade (Langacker, 1991; Traugott; Dasher, 2002; Verhagen, 2005; Tantucci, 2020; 2021), entendida como uma dimensão da linguagem humana em que o significado reside no gerenciamento mútuo de ações conjuntas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. O.; PINHEIRO, D. O. R.; LEITE DE OLIVEIRA, D. “Vê se lê este artigo”: O surgimento de uma construção idiomática com VÊ/VEJA SE S no português brasileiro. In: PINTO, D. C. M.; MARENGO, S. D. (orgs.). *Filologia e Linguística Histórica*. Revista Linguística UFRJ, v. 19, n. 1, 2023, p. 305-325. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/57235>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: United Kingdom University Press, 2010.

DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. In: *Constructions*, Special Volume 1, 2006, p. 1-28. Disponível em: <<https://constructions.journals.hhu.de/article/view/443>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

FILLMORE, C. Syntactic Intrusions and The Notion of Grammatical Construction. *Proceedings of the 11<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1985, p. 73-86. Disponível em: <<https://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/BLS/article/view/1913>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

FILLMORE, C.; KAY, P.; O’CONNOR, C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. *Language*, n. 64, 1988, p. 501-538. Disponível em: <<https://user.phil-fak.uni-duesseldorf.de/~filip/fillmore+88.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticalization: Oppositive or orthogonal? In: BISANG, W. et al. (orgs.). *What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 21-42.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, Descriptive Application, California: Stanford University Press, 1991.

TANTUCCI, V. From co-actionality to extended intersubjectivity: Drawing on language change and ontogenetic development. *Applied Linguistics*, 41(2), 2020, p. 185-214. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2020-29492-003>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

TANTUCCI, V. *Language and social minds: The semantics and pragmatics of intersubjectivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

VERHAGEN, A. *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.